

Simpósio temático: Pioneiros da habitação social no Brasil

Título: Para as gerações futuras? Transformação e conservação de conjuntos residenciais modernos

Autor: Flávia Brito do Nascimento

Titulação: Doutoranda FAUUSP

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir a preservação dos conjuntos residenciais modernos construídos entre 1930 e 1964 no Brasil, analisando o inventário realizado pelo grupo de pesquisa “Pioneiros – Grupo de Pesquisa em História da Habitação Social no Brasil” da produção de moradia estatal daquele período. A partir do extenso levantamento existente buscou-se levantar os problemas arquitetônicos e urbanísticos dos diversos conjuntos residenciais estudados, quer físicos, quer de gestão. Analisou-se o conjunto da produção estudada pelo grupo, os conjuntos residenciais construídos pelos diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões, pelo Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro e pela Fundação da Casa Popular. A ampliação conceitual do campo do patrimônio que ocorre na prática desde os anos 60, com ações efetivas nos anos 80 e novo fôlego recentemente no Brasil com as políticas de patrimônio imaterial e paisagem cultural levadas a termo pelo Iphan, impõe a necessidade de encontrar novos desafios para o patrimônio edificado. Os conjuntos residenciais devem tomar parte neste debate, devendo-se entender os processos históricos que levaram às transformações, remodelações e adaptações nos espaços dos conjuntos residenciais e estudá-los de modo a criar um corpo crítico que permita sua permanência nas nossas cidades como locais legítimos de moradia e lugar de memória.

Palavras-chave: conjuntos residenciais, preservação, arquitetura moderna

Abstract: This article aims to discuss the preservation of modern housing developments built between 1930 and 1964 in Brazil, analyzing the inventory conducted by the research group "Pioneers – a Research Group on the History of Social Housing in Brazil" of state housing construction in that period. Starting out from the extensive existing survey, it sought to assess the architectural and urban-planning problems of the various residential developments studied, both physical and in terms of management. There was an analysis of all the construction studied by the group, the

residential complexes built by the various retirement and pensions institutes, the Department of Public Housing in Rio de Janeiro and the *Fundação da Casa Popular* ("Social Housing Foundation"). The conceptual expansion of the field of heritage that has been occurring in practice since the '60s – with initiatives in the '80s and new impetus recently in Brazil with the policies of intangible heritage and cultural landscape put into effect by *Iphan* [the Brazilian national institute for historical and artistic heritage] – has created the need to find new challenges for construction heritage. Housing developments should be part of this debate, there being a need to understand the historical processes that led to conversions, renovations and adaptations of spaces in housing developments and to study them in order to create a critical body that enables them to remain in our cities as legitimate housing and memorial sites.

Key-words: housing developments, preservation, modern architecture

Para as gerações futuras? Transformação e conservação de conjuntos residenciais modernos

Questões de partida

O presente artigo pretende analisar, sob o aspecto da preservação, os conjuntos residenciais modernos construídos no Brasil entre 1930 e 1964. A base documental da pesquisa foi o inventário realizado pelo grupo de pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil da produção de moradia estatal daquele período,¹ onde os exemplares localizados em todo nacional foram extensamente documentados. Os grandes esforços de investigação trataram de trazer ao conhecimento a vasta e riquíssima experiência habitacional brasileira do século XX, coadunadora de pensamento arquitetônico e urbanístico moderno com realização estatal. São cerca de 200 conjuntos residenciais estudados pelo grupo de pesquisa e com informações levantadas e processadas, construídos pelos diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPI, IAPB, IAPC, IPASE, IAPETEC), pelo Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro e pela Fundação da Casa Popular.

No processo de conhecimento desta produção pairou de forma muito incômoda a urgente responsabilidade de encaminhamento de soluções para com seu estado abandono e degradação. A patrimonialização impôs-se como tema. Era como se o desconhecimento historiográfico daquela produção tivesse levado à sua deterioração física. O não reconhecimento nas páginas da história da arquitetura brasileira teria impossibilitado a atribuição de valor como objetos de cultura, e, por conseguinte não levou a ações efetivas de preservação.

O primeiro desafio de aproximação dos conjuntos residenciais modernos refere-se a vencer força discursiva negativa que se construiu a seu respeito dentro e fora do território nacional. Associados à produção em massa, confundem-se muitas vezes com a generalização do padrão “H” do BNH e das Cohabs, implantados sem preocupação urbanística em periferias distantes. (ARAVECCHIA & NASCIMENTO, 2010). Ficaram vinculados à reprodução massiva, sem conexão com a realidade local e com as aspirações de seus habitantes, fruto de processos autoritários de planejamento. Os modelos participativos de respeito e construção conjunta com a

¹ Este trabalho encontra-se em fase de publicação sob o título de *Pioneiros da habitação social no Brasil*, organizado por Nabil Bonduki e Ana Paula Koury.

comunidade de grande força dos anos 60, acabaram por nublar a variedade e o valor dos conjuntos modernos. Gerárd Monnier mostra o quão perniciosas foram as “destruições-espetáculo” da habitação social dos anos 60, feitas muitas vezes pela própria administração que construiu um discurso de justificativa para a destruição, no qual se afirma que por fazerem as pessoas sofrerem é porque eram produção de maus arquitetos, “implicando que o trabalho e a memória deles não merece nenhum respeito”. (MONNIER, 2006:16)

Deve-se admitir que é difícil, em face dessas representações negativas, tentar restabelecer algo dessa arquitetura, em sua origem benfazeja.(MONNIER, 2006: 16)

A sua própria existência enquanto solução de moradia é atacada na origem, e justificada por saberes técnicos, e, logo, impossibilitada como lugar de memória. A isto soma-se o perigo já apontado por Ulpiano Bezerra de Meneses (2006:37),² da recorrente identificação de atividades culturais como lugar de patrimônio. O desprezo pela função do habitar exclui a cultura do cotidiano, do trabalho. O morar que tem intrínseca relação com o urbano, como já mostrado pelos próprios arquitetos modernos, fica recorrentemente excluído da preservação em suas múltiplas esferas.

Os conjuntos residenciais são emblemáticos do discurso que se construiu a respeito da obsolescência conceitual que acarreta em degradação física, dado que neles as transformações materiais são profusas e evidentes. Como entender, ou mesmo aceitar, o envelhecimento da arquitetura moderna, cujo nome dá sua própria condição de existência. As imagens do Pedregulho que correram o mundo e fizeram, em grande parte, a fama da arquitetura brasileira, são talvez apenas evocação do seu estado presente: habitado há décadas, com desgastes materiais, com gestões equivocadas, sem manutenção, com intervenções variadas, grandes e pequenas. Como mostrou Helga Silva (2006:3) em estudo sobre o Pedregulho, as marcas do tempo dão a todas as edificações do conjunto aspecto envelhecido, e não deixa dúvidas da distância entre o projeto ideal e seu abandono real. No entanto, resignar-se que a ação do tempo faz parte da historicidade das edificações, que há adições que

² Ulpiano faz a consideração a propósito de concurso de fotografias realizado em 1976 pelo Governo do Estado de São Paulo para identificação de patrimônio onde a grande maioria dos participantes fotografou monumentos de usos culturais.

adquiriram seu direito de permanecer, que, por fim, há processos de envelhecimento, parece ser importante na aproximação e valoração dos conjuntos residenciais.



Figuras 1 e 2: Conjunto Residencial Pedregulho, hoje e ontem (Fonte: Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social)

A atribuição de valor buscando compreender as especificidades da habitação de interesse social é fundamental para que as ações conservação e restauração aconteçam com respeito e responsabilidade. Estar atento aos problemas teóricos e práticos que envolvem as obras de restauração da arquitetura moderna justifica-se pelos projetos pouco criteriosos, ou excessivamente pautados em fundamentos próprios que vêm ocorrendo em diversos países. De acordo com Simona Salvo, identificam-se duas posturas principais nas restaurações de obras modernas e contemporâneas: para as obras de valor reconhecido, notadamente as da primeira metade do século XX, há a tendência à reconstituição idêntica; para as obras mais recentes, recorre-se a grandes intervenções e substituições. Em ambos os casos o refazer impõe-se sobre o conservar, desprezando-se as partes e os materiais autênticos, numa “indubitável e progressiva perda de memórias arquitetônicas recentes”.(SALVO, 2007)

Para sobre as edificações do movimento moderno certa aura de culto e fetichização, fruto da história de afirmação como linguagem e pensamento hegemônico a seu tempo. Estas permitem e desculpam que lhes sejam dadas

tratamento especial nas ações de restauração. O moderno é recorrentemente posto como um campo à parte no que concerne à sua manutenção às gerações futuras. Muitos dos preceitos teóricos da restauração consolidados como campo disciplinar autônomo desde o início do século XX, são descartados. E, muito embora existam muitas correntes teóricas no campo do restauro, há o consenso de que o valor documental da obra é central. (KÜHL, 2006:200)

As particularidades do moderno, dadas também por sua proximidade no tempo, como explicita Beatriz Kühl, tais como a possibilidade de reprodução de elementos, existência de projetos detalhados, familiaridade do sistema projetual, experimentalismo construtivo, facilidade de usar técnicas semelhantes, e, muito importante, a atribuição de valor calcada mais nos valores estéticos e muito pouco nos valores documentais, desculpam a volta a um dado momento, em geral o inicial, donde as ações de repriminção. (KÜHL, 2006:200; SALVO, 2007)

Deve-se, contudo, considerar que há especificidades na arquitetura moderna, e, sobretudo, nos conjuntos residenciais. O desafio é o de articulá-las aos princípios da teoria da restauração, permitindo assim avançar no debate, e, logo, nas práticas. Vale citar Alessandra Cerroti, referindo-se especificamente aos conjuntos residenciais italianos do pós-guerra:

Seria estimulante, portanto, verificar em campo, caso a caso, as modalidades de aplicação dos princípios basilares do restauro para esses casos de construções residenciais públicas do pós-guerra. O objetivo, para conservar e tutelar esse precioso patrimônio histórico e arquitetônico, é aquele de tentar alcançar a contemporização entre conservar e inovar na dinâmica urbana, levando-se em conta os valores arquitetônicos e de composição do ambiente. (CERROTI, 2008)

O ponto de partida seria compreender os valores dos conjuntos residenciais a serem legados às gerações futuras. Seriam todos patrimonializáveis? Malgrado as transformações existam e façam parte da realidade, qual é sua historicidade?

A investigação de seus problemas de preservação mostrou que a gama de fatores de alteração e, conseqüentemente, de conservação, é extremamente diversa. O universo dos bens imóveis tratados é amplo, não tendo havido homogeneidade na produção, sendo ela vasta, com variações tipológicas, tecnológicas, urbanísticas e de filiação teórica. Há edifícios em altura em meio ao tecido urbano consolidado, tais

como o Japurá (de Eduardo Kneese de Melo) e o Anchieta (dos Irmãos Roberto) em São Paulo, grandes conjuntos de edificações laminares em meio a áreas verdes combinados com casas isoladas como o Realengo e Vila Guiomar (de Carlos Frederico Ferreira), soluções espetaculares de exceção como o Pedregulho e grandes produções massivas como os conjuntos do IAPI de Bangu, Moça Bonita e Penha, no Rio de Janeiro. Todas são realizações importantes e de grande impacto urbano, não importando se de arquitetos de renome ou produzidas nas repartições dos institutos.

Quanto ao estado de caracterização das edificações, ele depende muitas vezes da articulação positiva entre vários fatores, como a efetivação da construção tal como projetada, a sua forma de ocupação, ou, ainda, os vínculos de afetividade dos próprios moradores. A prevalência de um destes fatores influencia positiva ou negativamente sua conservação. O importante é entender o nível de caracterização arquitetônica, assumindo que as modificações existem e fazem parte da história das edificações.

O Conjunto Residencial Paquetá mostra o quão variáveis são os fatores históricos que influenciam na preservação hoje das habitações de interesse social. Projeto de Francisco Bolonha para o Departamento de Habitação Popular, construído na Ilha de mesmo nome, de pequenas dimensões (com apenas 27 casas) pode receber especial atenção da assistência social, sendo o único dos quatro conjuntos construídos pelo Departamento de Habitação Popular em que o plano social foi executado mais prolongadamente, com grande atuação assistencialista. Seus moradores tem hoje grande apreço pelo espaço de morar, com muitos laços afetivos, e, exceto da área livre dos fundos, encontra-se em bom estado de conservação. As esquadrias, item com frequência alterado não apenas em moradias populares, conservam-se íntegras, todas pintadas do mesmo tom azul, e a volumetria e a cobertura mantêm-se originais.



Figura 3: Conjunto Residencial Paquetá, Rio de Janeiro (Fonte: Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social)

Pode-se precisar com alguma acuidade o início do processo mais intenso de deterioração e abandono dos conjuntos residenciais construídos pelos IAPs. Ele coincide com o fim dos institutos e a venda das unidades residenciais. Tal processo aconteceu nos anos 60, quando teve fim a administração direta dos conjuntos, conforme as ideologias de formação do trabalhador brasileiro. As habitações construídas durante o Estado Novo transcendiam os sentidos do mero teto que abriga; com elas se pretendia a conformação e educação do trabalhador. A administração das unidades não era apenas burocrática ou da propriedade, mas advinha de tais convicções e foi, muitas vezes, proximamente acompanhada de trabalhos sociais, nos quais as assistentes sociais tiveram papel ativo. Em maior ou menor grau, dependendo da localidade e época de inauguração, a administração foi mais presente.

A venda das unidades residenciais significou a dissolução definitiva deste projeto e o início da gestão pelos próprios moradores. Estes tiveram que se organizar em condomínios, cuja forma de criação determinou a divisão ou a unidade dos blocos, decorrente da própria capacidade associativa dos residentes. No Conjunto Residencial Santa Cruz, em São Paulo, construído pelo IAPB, os moradores de grande tradição sindical manejaram a criação de um condomínio para todos os blocos, assegurando sua unidade. Com isso, não houve o gradeamento isolado e individual de cada bloco, mas sim do conjunto inteiro. Outros conjuntos não tiveram tal fortuna, e os condomínios foram criados bloco a bloco, implicando no cercamento individual e na

progressiva privatização dos espaços semi-públicos, como jardins e praças. (FRASSON, 2000:182-191)

A questão da propriedade dos imóveis e da terra fundamenta grande parte dos problemas de gestão e conservação. A estes podemos somar as cada vez mais comuns intervenções como resposta à violência urbana. Elas ultrapassam as tentativas individuais de transformação e melhoria das casas, como troca de esquadrias, problema clássico de gestão dos sítios de interesse histórico. Iniciativas como o cercamento de blocos interferem e ferem os princípios da configuração moderna de quadra com o rompimento da relação edifício-lote.

O grau de identificação dos moradores atuais com os antigos Institutos de Aposentadorias tem claros rebatimentos na preservação das habitações e seus equipamentos. Há conjuntos onde muitos dos moradores lembram-se saudosos dos tempos da administração inapíaria, mas, em muitos outros casos, os moradores não guardam mais qualquer relação com o período da implantação. O entendimento da existência de projeto mais amplo no qual se inserem os conjuntos, criam laços afetivos importantes para a preservação, da mesma forma que a falta de vínculos gera descompromissos. Deve-se compreender a grande diversidade dos moradores dos conjuntos habitacionais, decorrente das categorias profissionais como reflexo dos planos de construção de habitação dos Institutos, que geraram propostas habitacionais diversas.³

Muitas vezes a categoria profissional residente garantiu dado perfil. Este é o caso do IAPB de Santa Cruz, cujos moradores eram de perfil sócio-econômico relativamente mais alto. Muitas vezes a localização urbana determinou a alteração do perfil, como ocorreu com o Conjunto Residencial Jardim de Allah, construído pelo Instituto dos Comerciários. Por estar situado em meio ao bairro do Leblon, Zona Sul do Rio de Janeiro, passou a ser local de interesse, ocupado por muitos jornalistas. Mas a localização por si mesma não garante a mudança do perfil, como se pode comprovar pelo conjunto vizinho ao Jardim de Allah, a Cruzada São Sebastião, projeto de D. Helder Câmara para moradia dos moradores da favela do pinto, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas. O conjunto permaneceu estigmatizado, tal como uma favela.

São urgentes as ações públicas que valorizem os conjuntos residenciais problematizando as críticas e as incorporando naquilo que tem de ganho à qualidade

³ Sobre os programas e projetos habitacionais dos IAPs em detalhe ver BONDUKI, 1998.

habitacional e que assegurem a sua permanência enquanto alternativa de moradia num país com o déficit habitacional do nível brasileiro.

Algumas experiências internacionais, embora com realidades distintas do Brasil, podem servir de base teórica e prática para as abordagens nacionais. Elas são profundas, tanto quanto o número de conjuntos habitacionais construídos atendendo ao tema central do movimento moderno. Na Itália, país de referência na teoria e na prática do restauro, as discussões sobre este legado são bastante amadurecidas, tendo-se produzido estudos importantes acerca do INA-CASA, programa público de moradia social de meados do século XX. Na Alemanha unificada, o legado dos conjuntos residenciais socialistas foi seriamente debatido, o que resultou em muitas demolições e intervenções com vistas à valorização econômica e ocupação em face do abandono da população antiga.

À exemplo destes programas internacionais, seria fundamental a criação de ações locais, com base em diretrizes gerais e comuns ao conjunto da produção habitacional dos anos 30 a 60 que associassem as políticas do patrimônio cultural às políticas habitacionais. A execução de trabalhos desta natureza seria oportunidade ímpar de ampliação da teoria e da prática preservacionista no Brasil.

Será necessário, para tanto, o estudo aprofundado sobre casos específicos, tendo em perspectiva o todo da produção, seus problemas comuns e particularidades. Na tentativa de compreensão do conjunto, percebe-se que do ponto de vista físico, as modificações, alterações e degradações variaram conforme condicionantes muitos específicos dados pelos processos históricos de cada construção, ocupação e gestão ao longo do tempo, cujos principais problemas se procurará mostrar a seguir.

Espaços comunitários e áreas livres

Os projetos dos conjuntos residenciais pautavam-se, mormente, na concepção de unidade de vizinhança. Segundo os preceitos do moderno, as moradias teriam a construção racionalizada, realizadas em série e padronizadas, organizadas em blocos laminares considerando a orientação solar, com espaços internos reduzidos ao mínimo essencial. Haveria a ligação direta com espaços livres ajardinados para o lazer e os esportes. No interior ficariam somente as funções estritamente do âmbito privado, e as demais sob responsabilidade estatal. Os serviços adjacentes à moradia eram essenciais ao funcionamento das unidades de vizinhança, forma de organização

comum a muitos deles. Previam-se escola, mercado, lavanderia, posto de saúde, ginásios, quadras esportivas, jardins com *playground*, clubes e creches.

Em muitos casos as condições históricas de construção do conjunto não foram as mais favoráveis, ficando os projetos originais longe de sua completude. Razões de economia da construção ou da sua localização do conjunto no contexto urbano os serviços complementares foram dispensados, sequer projetados. Muitas vezes somente os edifícios de habitação puderam ser executados.

As grandes áreas livres ajardinadas em meio às quais se posicionavam os blocos foram executadas e são parte fundamental de sua configuração. Em alguns lugares os conjuntos são a única área livre verde no entorno, como é o caso do Vila Guiomar, em Santo André, projetado por Carlos Frederico Ferreira, considerado pulmão verde do município.(PESSOLATO, 2007:162) Mas por se tratar de bem coletivo, dependendo da gestão e colaboração de todos, a manutenção é extremamente difícil, ficando muitos jardins abandonados e sem utilização, às expensas da enorme carência de espaços para o lazer comum nos bairros periféricos.

O conjunto residencial Passo d'Areia, em Porto Alegre, é exemplo de boa manutenção das áreas livres, apesar das inúmeras alterações e adições presentes nos blocos residenciais. Os jardins são muito bem cuidados, sendo local de encontro e lazer dos moradores. Tal fato decorre do processo de transformação e ocupação do conjunto após venda das unidades nos anos 60. Por estar muito bem localizado em área de expansão imobiliária da cidade, a partir de 1964 se deu a progressiva substituição da população operária original por população de classe média, que embora faça inúmeras adições comprometedoras como antenas de TV, ar condicionado, grades e portões eletrônicos, mantém aspectos importantes da coletividade, como os jardins. (LAPOLLI, 2006:70-71)

No que se refere às áreas livres, a situação do IAPI da Mooca, em São Paulo, é similar. A área central livre de edificações permaneceu de propriedade federal e os moradores se encarregaram da sua manutenção, cercando-a com grades que ficam abertas em horários estipulados. As demais áreas livres foram divididas, descaracterizando o projeto urbanístico. Com a venda das unidades, cada bloco formou um condomínio próprio, ficando com uma porção frontal e uma posterior. Pouco a pouco, as áreas de sociabilidade deram lugar às garagens de veículos.

Outro exemplo positivo de tratamento das áreas livres é o IAPI de Salvador. A restrição às garagens, com a manutenção maciça de árvores e jardins, permitem a rara compreensão da proposta moderna de moradia na sua dimensão urbana.

O Pedregulho, por exemplo, sofreu demasiadamente com o processo de abandono pelo poder público e separação das unidades que o compunham pela política habitacional. Os edifícios de habitação ficaram com a COHAB e os serviços adjacentes à morada com a Fundação Leão XIII. Os jardins não couberam à responsabilidade de ninguém, permanecendo áreas públicas. A pequena área junto à escola e ao bloco B1 foi reformada nos anos 80, mas o estado de abandono e degradação é evidente.

No IAPI de Vila Guiomar o mesmo processo de abandono se verifica. São grandes áreas livres que não receberam destinação ou proprietário, permanecendo pouco utilizadas e sem cuidados. Em decorrência do abandono ou pouca utilização, com mato alto, lixo e falta de tratamento, deu-se o processo de gradeamento. Este não é fenômeno particular aos conjuntos, mas sim das cidades brasileiras em geral, amedrontadas pela violência urbana que desencadeia processos de progressiva privatização do espaço e fechamento das residências e prédios para o espaço público. Há diversos conjuntos onde as grades estão presentes, separando os espaços que deveriam manter-se fluidos e em contato com o tecido urbano.



Figura 4: Conjunto Residencial da Mooca, IAPI, Rio de Janeiro
(Fonte: Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social)

As lavanderias comunitárias e as áreas de serviço exíguas

A habitação mínima foi um dos pressupostos do movimento moderno, visando a economia e racionalidade da construção, a otimização da organização interna das unidades em acordo com as novas funções do trabalhador urbano. À moradia estariam vinculadas uma série de serviços adjacentes à morada e coletivos, como as lavanderias de uso comum aos moradores. No mundo de acesso fácil às máquinas de lavar automáticas e de estruturação de dado modo de vida familiar em apartamentos, a questão parece fora de lugar. Mas no caso dos conjuntos, a ideologia do morar passava pela criação de novas atividades ao trabalhador, ou mesmo sua viabilização. As lavanderias coletivas eram parte integrante do projeto de habitação vinculado ao movimento moderno, consubstanciado nas unidades residenciais autônomas. Liberar a mulher trabalhadora das tarefas domésticas, tornando-lhe o cotidiano menos penoso, era objetivo que se queria alcançar com as moradias.

O exemplo mais importante da utilização da lavanderia é o do Conjunto Residencial Pedregulho. Muito se falou sobre seu mau funcionamento e inadequação: ela tornou-se, na mesma medida, um símbolo da sofisticação a que pode chegar um ideário e o ícone do fracasso de uma idéia. Na medida em que os moradores apresentavam resistências ao uso de alguns dos novos equipamentos, a crítica arvorou-se em atestar sua inadequação.

Não se pode precisar ao certo o momento da desativação da lavanderia do Pedregulho, mas há consenso de que funcionou até os primeiros anos da década de 70.(SILVA, 2006:77) A sua desativação é causa de um dos maiores problemas do conjunto, pois não há espaço interno para lavagem ou secagem das roupas. A solução encontrada é a instalação de tanque e/ou máquina de lavar no banheiro e a secagem no lado de fora, em varais presos à fachada. A água molhada escorre pelas fachadas e compromete as esquadrias de madeira, bem como o revestimento.

O edifício da lavanderia, verdadeira obra prima da arquitetura moderna brasileira, com bela solução de brises e esquadrias, foi ocupado pela Fundação Leão XIII (que recebeu os edifícios de uso comum quando da extinção do DHP) e instalou uma garagem e um depósito de remédios. Não há hoje qualquer contato dos moradores com a edificação.

No Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, também construído pelo DHP, a lavanderia foi instalada na cobertura, com tanques individuais para cada apartamento. A solução encontrada para evitar roubos ou vandalismos foi o gradeamento de conjuntos de tanques, onde cada morador tem a chave.

Não há mais muitos exemplos de lavanderias coletivas, pois seu uso se mostrou complexo, prevalecendo a perspectiva da individuação das unidades e da vida privada. Outro conjunto que vale citar é o IAPI de Salvador, projetado pelo Setor de Engenharia do IAPI em 1948. Os preceitos da habitação mínima foram aplicados com a redução do tamanho das peças da unidade e a construção de tanques individuais no pilotis dos blocos. Estes, contudo, foram retirados nos anos 80 e os moradores adaptaram pequenas áreas de serviço junto à cozinha.

Espaço sob pilotis e cobertura

Seguindo os preceitos da arquitetura moderna de vertente corbusiana, muitos blocos residenciais são construídos sobre pilotis. Originalmente eram espaços livres semi-privados, para circulação ou lazer dos moradores. Atualmente são encontradas situações diversas formas de intervenção ou degradação nestas áreas. Em alguns casos estão simplesmente abandonadas, sem manutenção, tendo em vista as dificuldades condominiais que enfrentam as administrações. O abandono leva algumas vezes à ocupação ilegal ou inadequada, como lojas, mercadinhos, até mesmo habitações. Mas a intervenção mais comum é a ocupação com estacionamentos de carro. O fechamento do espaço livre dos pilotis rompe

gravemente a proposta compositiva e conceitual dos blocos residenciais. Já nos anos 50, percebendo este processo, Carmen Portinho mandou construir uma mureta junto aos pilares dos blocos residenciais B1 e B2 do Pedregulho. No conjunto Vila Guiomar, em Santo André, que sofreu muito com o processo de venda das unidades nos anos 60, permanecendo com grandes áreas livres sem destinação ou proprietário, os terrenos de muitos dos blocos foram fechados. (FRASSON, 2000:387)

Outro aspecto inovador da arquitetura moderna que nem sempre foi utilizado nos conjuntos brasileiros foram as coberturas ou tetos jardins. Em experiências iniciais ele chegou a ser aplicado, como no Anchieta e Japurá em São Paulo, mas na medida em os saberes técnicos dos institutos foram se firmando, o discurso da reprodutibilidade e da viabilidade construtiva tomou rumos mais pragmáticos. A cobertura em quatro águas, com telhas de barro, tal como a tradição construtiva nacional, foi a solução mais utilizada, conforme o modelo do Conjunto Residencial da Penha, que foi reproduzido muitas vezes. Nos dois casos onde foi aplicado ele permanece pouco utilizado, no Japurá de Eduardo Kneese a laje foi coberta com telhas de zinco, e no Anchieta ela é acessível, porém de acesso pouco freqüente.

Estacionamentos

Os conjuntos residenciais estudados foram na grande maioria construídos em vastas porções de terras suburbanas que deram origem a conjuntos dispostos em grandes quadras, organizados em ruas internas acessíveis somente a pedestres, onde se dispõem os blocos de habitação e são circundadas de ruas para veículos. Em meados da década de 40 e 50, antes da opção nacional desenvolvimentista pela indústria automobilística, os carros particulares não eram uma realidade. Tampouco a propriedade individual de veículos representava o modelo de trabalhador que se forjava naqueles anos estadonovistas.

A situação hoje é diversa e a necessidade estacionamentos é realidade em praticamente todos os conjuntos residenciais. As intervenções para atendimento desta demanda são graves e afetam os edifícios e as áreas livres, conforme a solução encontrada. Às vezes a área livre sob pilotis dá lugar aos carros, outras são os jardins e espaços comuns no exterior que são sacrificados. Há soluções mais drásticas, como a edificação de anexos individuais junto ao bloco, gerando adendos altamente comprometedores.

Necessidade de expansão

A pequena fiscalização decorrente da ausência de administração pública sobre os conjuntos vem permitindo a flagrante expansão do espaço de morar. Muitas vezes tal necessidade decorre de fato do exíguo espaço da propalada habitação mínima, que não correspondeu ao perfil familiar brasileiro. Ou mesmo são demandas de particularização e personalização do espaço próprio. Em outras elas significam a falta de comprometimento com a manutenção das feições do todo, legadas a segundo plano em face das demandas individuais.

No primeiro conjunto residencial construído no Brasil, publicado no livro fundante da historiografia brasileira, o *Brazil Builds*, o Realengo, o fechamento dos balcões bauhausianos impressiona. A apropriação das varandas é tema recorrente nos conjuntos como um todo, qualquer que seja seu formato ou posição quanto à disposição interna da casa. Elas podem aumentar a sala ou dar lugar a um novo cômodo.

Muitas alterações ocorrem nos conjuntos de sobrados enfileirados ou nos blocos onde não há pilotis. Os moradores constroem anexos e adendos irregularmente, sem qualquer vinculação estética ou construtiva com o projeto original. No correr das fachadas inúmeros acréscimos que servem a propósitos variados comprometem a leitura do conjunto.



Figura 5: Conjunto Residencial Realengo, IAPI, Rio de Janeiro (Fonte: Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social)

Substituições de elementos arquitetônicos, alteração de revestimentos e acréscimos

A substituição mais freqüente dos elementos arquitetônicos nos conjuntos residenciais são as esquadrias. Por serem o contato dos apartamentos com o exterior sua troca afeta enormemente a unidade e caracterização das fachadas, sobretudo em razão da conformação dos blocos, que por serem laminares e isolados em meio ao verde, adquirem grande destaque. As esquadrias eram originalmente em madeira, feitas artesanalmente, com desenhos mais ou menos detalhados e dão lugar a janelas industriais de alumínio.

Os cobogós, elementos caracterizantes da arquitetura moderna brasileira, sobretudo na versão carioca, não tiveram melhor sorte. As dificuldades de encontrar elementos iguais aos originais impedem a substituição por outros iguais que são simplesmente retirados ou trocados por outros encontrados no mercado. No Pedregulho, que tem boa porção da fachada sul com cobogós, os moradores, dando uma prova evidente de entendimento e afinidade com a proposta original, buscam sempre que possível a sua substituição ao invés do fechamento completo.

Quanto à pintura e os revestimentos externos, o recurso mais utilizado quando ocorrem reformas pelo poder público é a pintura com tonalidades mais vivas para distinção dos blocos e a quebra da propalada monotonia e impessoalidade dos grandes edifícios. Estas, na medida em que atendem a legítima reivindicação por individuação, não respeitam o cromatismo do projeto e da linguagem moderna, criando objetos novos. Nas raras reformas que os próprios moradores conseguem fazer, pintam-se as fachadas ou partes delas, criando uma colcha de retalhos no conjunto ou na própria fachada.

Algumas considerações finais

A ampliação conceitual do campo do patrimônio que ocorre desde os anos 60, com ações efetivas nos anos 80 e novo fôlego recentemente no Brasil com as políticas de patrimônio imaterial e paisagem cultural levadas a termo pelo Iphan, impõe a necessidade de encontrar novos desafios para o patrimônio edificado. Os valores nacionais impressos na materialidade são resignificados e os critérios meramente estético-estilísticos não endereçam com propriedade as aspirações de memória e identidade demandadas pela sociedade. Pensar na manutenção dos conjuntos

residenciais modernos é ultrapassar a fronteira da própria materialidade, mantida como um valor em si, mas a pelos valores que estão nela representados. (CASTRIOTA & ARAUJO, 2009:38)

Como nos mostra Ulpiano Bezerra de Meneses (1999), é necessário entender o caráter não monolítico dos valores culturais, existindo múltiplas variantes de valoração, podendo ser cognitivas, formais, afetivas e até mesmo pragmáticas. Nos conjuntos residenciais, moradores, estudiosos, usuários e cidadãos compartilham tais significações. Elas podem ser cognitivas porque são testemunhos de técnicas construtivas, de políticas de habitação, de dada estética arquitetônica e urbanística, formais na medida em que representam a estética de determinado momento, afetivas já que são espaços de morar queridos de inúmeras gerações e, finalmente, pragmáticas, pois justamente são o teto que abriga, a escola que ensina, a praça em que brincam centenas de crianças as em todo país.

Uma das premissas deste estudo é trazer a possibilidade de atribuir valor a esta produção habitacional brasileira entre 1930 e 1964, permitindo traçar estratégias intervenções e restaurações futuras. A habitação social formalizada em vilas operárias e conjuntos habitacionais é um dentre os espaços de grande significado simbólico do modo vida do trabalhador na cidade brasileira, tais como fábricas e espaços de luta, de manifestações e de sociabilidade, constituídos em lugares de memória. Estes, “emergem num contexto em que a fábrica, o trabalho e o trabalhador se transformam mundialmente”, e constituem espaços em que o passado pode ser atribuído, pode ser retido. (SCIFONI, 2009) Suas dificuldades de patrimonialização são enormes, e atingem o conjunto das memórias dos trabalhadores, pressionado pelos novos arranjos produtivos, pela cidade em transformação.

Como mostra Castriota (2009:160) o fundamental são as relações entre os bens culturais e naturais das quais decorre o ambiente urbano. Não interessa dado valor exclusivo de um único bem, quer estético ou histórico, mas a relação dos objetos construídos com a cidade os quais proporcionariam dada qualidade ambiental. Acrescentaria que, tal como na base do conceito de patrimônio ambiental urbano colocada nos anos 70, seria importante ter em conta a tessitura das relações sociais expressas no cotidiano dos conjuntos residenciais e, logo, suas relações históricas com o espaço edificado.

É central entender que os processos históricos que levaram às transformações, remodelações e adaptações nos espaços dos conjuntos residenciais devem ser

estudados de modo a criar um corpo crítico que permita sua permanência nas nossas cidades como locais legítimos de moradia e lugar de memória.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Luciana da Silva & LEITÃO, Gerônimo. “Transformações na paisagem urbana: favelização de conjuntos habitacionais”. In: SILVA, Rachel Coutinho Marques da. *A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora/PROURB, 2006.
- ARAVECCHIA, Nilce & NASCIMENTO, Flávia Brito do. “Descobrimo arquiteturas na trajetória de um projeto: o Conjunto Residencial da Penha”. In: BONDUKI, Nabil & KOURY, Ana Paula (org.). *Pioneiros da habitação social no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. *No prelo*.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.
- BONDUKI, Nabil & KOURY, Ana Paula (org.). *Pioneiros da habitação social no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. *No prelo*.
- CASTRIOTA, Leonardo & ARAÚJO, Guilherme. “Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI”. *Arquiteturarevista*. Vol. 5, n.1: 38-54. Janeiro/ julho, 2009.
- CERROTI, Alessandra. *Construções residenciais públicas em Roma no Segundo Pós-Guerra: O bairro INCIS em Decima*. Tradução Beatriz M. Kühl. *Pós.*, 2008, n. 23, pp. 194-199.
- FRASSON, Alexandra de Souza. *Habitação social e arquitetura moderna: a apropriação dos conjuntos residenciais dos IAPs (1940-2000)*. Dissertação (Mestrado) EESC-USP. São Carlos: mimeo, 2000.
- HERNÁNDEZ MARTINEZ, Ascención. *La donación arquitectónica*. Madrid: Siruela, 2007.

- JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LAPOLLI, André. *Como destruir um patrimônio cultural urbano: a Vila do IAPI, "crônica de uma morte anunciada!"* Dissertação de mestrado, FAU UFRGS, 2006.
- KÜHL, Beatriz. "Preservação da arquitetura moderna e metodologia de restauro". *Pós. Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP*, São Paulo, v. 19, p. 198-201, 2006.
- _____. "Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial." *Designio* (mar. 2004), n. 1, pp. 101-117.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. "A importância econômica de um bem cultural e a importância cultural de um bem econômico." *II Seminário Internacional de História e Energia*. São Paulo, 1999.
- MONNIER, Gérard. "O edifício-evento, a história contemporânea e a questão do patrimônio." Tradução Beatriz M. Kühl. *Designio*, 2006(2007), n.6, pp.11-18.
- NASCIMENTO, Flavia Brito do. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.
- PESSOLATO, Cintia. *Conjunto IAPI – Vila Guiomar. Santo André-SP. Projeto e história*. Diss. Mestrado FAUUSP. São Paulo: mimeo, 2007.
- SALVO, Simona. "Arranha-céu Pirelli: crônica de uma restauração". *Desígnio*, n. 6, 2006 (2007), pp. 69-86.
- _____. Restauro e 'restauros' das obras arquitetônicas do século 20. Intervenções em arranha-céus em confronto, *Revista CPC*, 2007, n. 4, pp. 139-157.
- SCIFONI, Simone. *Os lugares da memória operária na metrópole paulista*. Plano de pesquisa. Departamento de Geografia USP. São Paulo: mimeo, 2009.
- SILVA, Helga Santos. *Arquitetura moderna para a habitação popular: a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho)*. Diss. Mestrado Pro-Arq. UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo, 2006.

SZÜCS, Carolina; TREIVELLA, Luciana; SOUZA, Marina. “Preservando o Patrimônio da Vila Operária do Saco dos Limões”. *Docomomo 5*, São Carlos, 2007.